

Companhia Campolarguense de Energia – Cotel

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias

2021

Relatório da Administração - 2021

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - Cotel submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social e da Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos auditores independentes, dos Conselhos Fiscal e de Administração, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2021 foi extremamente desafiador para todos os agentes do setor elétrico. Em um cenário já crítico devido à pandemia da COVID-19, vivemos a maior crise hídrica já registrada. A geração de energia por hidrelétricas foi seriamente comprometida com a redução nos níveis das barragens, levando ao acionamento de termelétricas e até a importação de energia – e conseqüentemente a aumento de custos.

O aumento no preço da energia impactou diretamente os consumidores – que passaram a pagar o adicional tarifário da “bandeira de escassez hídrica” e todas as distribuidoras, grandes e pequenas, que tiveram custos muito acima do que havia sido previsto pela agência reguladora nas revisões tarifárias. O impacto no fluxo de caixa foi tão significativo que algumas distribuidoras estiveram à beira da falência.

Em toda a história da Cotel, poucos momentos exigiram tanto dos gestores quanto este. A crise está sendo enfrentada com uma gestão eficiente e responsável de todos os recursos e comprova o quanto a Companhia é sólida e o quanto a equipe é comprometida.

Mesmo em tempos adversos, a Cotel conquistou em 2021 melhores resultados na qualidade da energia distribuída, formou e equipou equipe própria para atuação em linha viva e segue investindo em melhorias no atendimento aos consumidores. Buscamos progredir a cada dia, não apenas para atender as exigências dos órgãos reguladores, mas para confirmarmos que a Cotel é referência na construção de uma Campo Largo melhor para todos os seus consumidores.

Cordialmente,



José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão: Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Visão: Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

Política da Qualidade: Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002).

Organização e Gestão: A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cocel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica por 30 anos, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados a partir de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2021	2020
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A Cocel tem como contratada a empresa Bazzaneze Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da área de concessão: A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 135.678 habitantes (conforme estimativa do IBGE 2021) e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores: Com a pandemia desde 2020 a Companhia vem investindo em canais virtuais e de autoatendimento, revisando procedimentos, e treinando funcionários com o objetivo de possibilitar que qualquer demanda dos consumidores possa ser atendida e resolvida sem necessidade de comparecimento à sede da Cocel.

No ano de 2021 um grande destaque é a implantação do aplicativo de mensagens WhatsApp como apoio aos demais canais - telefone, e-mail, aplicativo Cocel Mobile, Agência Virtual e SMS. Somente pelo canal do WhatsApp foram 22104 consumidores atendidos, com nível de satisfação acima de 80%.

A divulgação destes canais foi intensificada e uma parcela significativa dos atendimentos foi realizada de forma virtual. Novos investimentos em canais virtuais e de autoatendimento estão no planejamento da Companhia para os próximos anos.

Foram registrados neste ano 313.512 protocolos de atendimento – 6,3% a mais que no ano anterior. No período foram 67688 ligações recebidas pelo telefone 08007262121 – crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior.

Além da disponibilização destes canais de atendimento, foram realizados atendimentos fora da sede da Cocel no interior do município. Foram 1471 atendimentos prestados.

A Cotel disponibiliza sete canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (com atendimento personalizado de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h e atendimento emergencial 24h todos os dias através de central automatizada);
- Agência Virtual: disponível no site www.cotel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: atendimento@cotel.com.br – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia;
- WhatsApp – (41)99123-2121.

Os processos são padronizados e o treinamento da equipe é contínuo, proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os consumidores.

Agentes arrecadadores: A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a Cotel conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados como lotéricas, e outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria: A Ouvidoria tem o objetivo de buscar a satisfação dos consumidores, fiscalizar o cumprimento da regulamentação vigente e ainda ser um canal de comunicação entre a concessionária e a ANEEL. A Ouvidoria da Cotel foi reconhecida pela ANEEL como uma das melhores do país, obtendo a quarta colocação do grupo de concessionárias de mesmo porte no Prêmio ANEEL de Ouvidoria.

Em 2021 a Ouvidoria tratou 103 manifestações de consumidores, entre solicitações de informações, denúncias, elogios, sugestões e reclamações. A Ouvidoria é parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade – tem seus processos padronizados e auditados conforme Sistema ISO 9001:2015 e suas atividades são regulamentadas pela Resolução ANEEL 1000/2021.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Número de Consumidores: O ano de 2021 encerrou com o total de 55.098 unidades consumidoras. O número de unidades consumidoras cresceu 2,4% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 88,9% do número total de consumidores.

Classe de consumo	2021	2020	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	48.980	47.821	2,4	88,9
Industrial	368	383	(3,9)	0,7
Comercial	3.602	3.457	4,2	6,5
Rural	1.760	1.763	(0,2)	3,2
Poder Público	319	310	2,9	0,6
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	65	63	3,2	0,1
Consumo Próprio	3	3	-	-
TOTAL	55.098	53.801	2,4	100,0

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica – faturada (R\$):

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um acréscimo de 21,6%, passando de R\$ 142.490.809,39 em 2020 para R\$ 173.265.164,28 em 2021. Reflexo da cobrança de Bandeiras tarifárias que somaram até 20% sobre o valor da tarifa aplicada pela Cotel.

Classe	2021	2020	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	85.443	71.841	18,9	49,3
Industrial	35.310	27.530	28,3	20,4
Comercial	32.719	27.528	18,9	18,9
Rural	4.850	3.917	23,8	2,8
Poder Público	2.809	2.177	29,0	1,6
Iluminação Pública	7.243	5.706	26,9	4,2
Serviço Público	4.891	3.792	29,0	2,8
TOTAL	173.265	142.491	21,6	100,0

Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres (R\$ mil):

Consumidores	2021	2020	Varição (%)
Industrial	19.739	16.457	19,9
Comercial	8.889	7.652	16,2
Cobrança ICMS Substituição Tributária	10.992	9.128	20,4
TOTAL	39.620	33.237	19,2

Mercado de Energia Vendida (MWh):

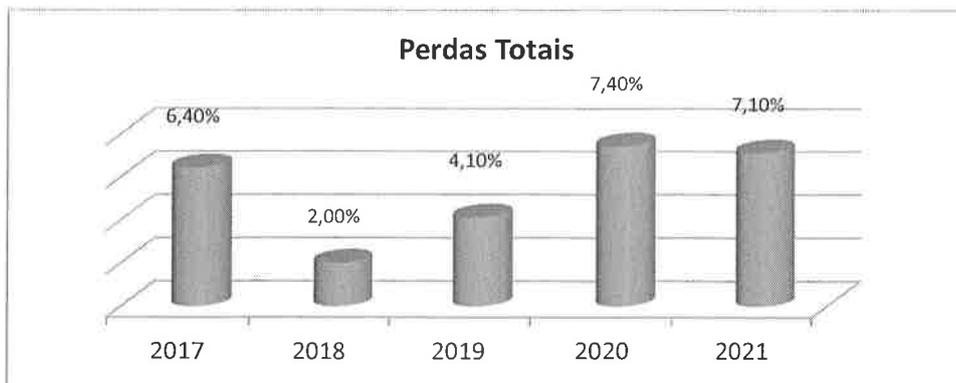
Classe	2021	2020	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	91.854	88.375	3,9	26,3
Industrial	45.063	41.917	7,5	12,9
Comercial	36.347	35.832	1,4	10,4
Rural	6.778	6.792	(0,2)	1,9
Poder Público	3.092	2.847	8,6	1,0
Iluminação Pública	12.256	12.026	1,9	3,5
Serviço Público	6.405	6.601	(3,0)	1,8
Consumo Próprio	128	118	8,5	0,0
Total Consumidores Cativos	201.923	194.508	3,8	-
Industrial – Livres	104.076	87.891	18,4	29,8
Comercial – Livres	43.237	37.999	13,8	12,4
Total Consumidores Livres	147.313	125.890	17,0	-
TOTAL	349.236	320.398	9,0	100,0

O consumo total de energia faturada pela COCEL para atender os consumidores cativos em 2021 totalizou 201.923 MWh - um acréscimo de 3,8%, comparando com a energia faturada no ano de 2020.

A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2021 adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um acréscimo de 3,5%, passando de 216.667 MWh em 2020 para 224.191 MWh em 2021.

A micro geração, energia gerada pelos consumidores, atingiu 1.306 MWh em 2021, contra 589 MWh em 2020.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e as técnicas, foram de 7,4%.



Tarifa média: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluídos os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em dezembro de 2021, R\$ 583,28/MWh, representando um acréscimo de 19,1% em relação a dezembro de 2020.

Tarifa Média em R\$/MWh		
Classe	Dez/2021	Dez/2020
Residencial	631,25	541,39
Industrial	529,03	436,33
Comercial	604,57	509,64
Rural	559,71	444,14
Poder Público	618,26	514,47
Iluminação Pública	398,00	313,41
Serviço Público	518,80	382,27
Tarifa Média	583,28	489,58

Inadimplência: Valores a receber de consumidores incluindo outras cobranças além da energia consumida.

SalDOS em 31/12/2021							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	4.073	3.166	631	126	137	610	8.743
Industrial	2.760	630	53	1	-	232	3.676
Comercial	2.222	636	143	30	18	171	3.220
Rural	194	81	18	1	1	5	300
Poder público	276	26	-	-	-	-	302
Iluminação Pública	703	-	-	-	-	-	703
Serviço Público	504	16	-	-	-	-	520
Soma	10.732	4.555	845	158	156	1.018	17.464

Revisão Tarifária Periódica – 2021

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2887 de 22/06/2021.

As tarifas de aplicação da Cocal, constantes da Resolução Homologatória nº 2.706, de 23 de junho de 2020, ficam, em média, reajustadas em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. Sendo 14,08%, em média para os consumidores conectados em alta tensão (AT) e de 8,52% em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Qualidade Técnica do Fornecimento:

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) Módulo COD, que permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema elétrico, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e do FEC é medido no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2017	2018	2019	2020	2021
DEC – Conjunto CL – valor apurado	6,19	7,27	6,81	5,62	5,23
DEC – Conjunto CL – limite	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	12,36	12,30	11,21	9,64	8,41
DEC – Conjunto DCL – limite	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	6,53	5,82	5,82	5,96	5,51
FEC – Conjunto CL – limite	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	9,09	9,30	9,24	7,11	7,21
FEC – Conjunto DCL – limite	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00

O Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998 estipulou no Anexo II condições específicas para a prorrogação das concessões. O contrato estabeleceu metas de eficiência com relação a qualidade do serviço prestado considerando a frequência e a duração média de interrupções do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Os indicadores avaliados são:

- DECI (Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora), e
- FECI (Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora).

A ANEEL estabeleceu limites máximos destes indicadores para os cinco anos seguintes à assinatura do Contrato:

	DECI					FECI				
	2017	2018	2019	2020	2021	2017	2018	2019	2020	2021
Metas	10,95	10,84	10,72	10,60	n.a.	8,20	8,00	7,80	7,60	n.a.
Realizado	8,54	7,26	7,26	7,49	6,28	7,46	6,69	7,11	6,50	5,33

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2021 a Cocal aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ mil)	2021	2020
Obras de distribuição	8.167	5.545
Veículos	-	1.443
Outros investimentos	750	163
Total dos Investimentos	8.917	7.151

Origens dos Recursos (em R\$ mil)	2021	2020
Recursos próprios	8.568	6.812
Clientes – Participação financeira	349	339
Total dos Recursos	8.917	7.151

Sistema de distribuição – 12/2021	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	689	149	838
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	797	972	1.769
Postes – unidades	23.941	11.865	35.806
Transformadores – unidades	2.616	2.157	4.773
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	117.353	27.905	145.258

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2021	2020
Número de residências atendidas	4.554	4.522
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	9,3%	8,4%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.322	1.446
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	1,6%	2,0%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	1.304	1.446

Programa Luz Fraterna: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2021	2020
Número total de residências atendidas	2.529	2.163
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores	5,2%	4,0%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	751	414
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	0,9%	0,6%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	757	414

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

O PEE tem como objetivos principais promover a melhoria da instalação e a redução da demanda e do consumo de energia através da troca de equipamentos, difundir os conceitos da eficiência energética e da cultura de conservação energética e colaborar para o desenvolvimento sustentável.

A Cotel concluiu em 2021 o projeto “Iluminando o saber com eficiência”, voltado a efficientização dos estabelecimentos escolares da rede pública municipal de Campo Largo. Foi realizada a substituição de lâmpadas e luminárias de 35 escolas e da Vila Olímpica (Centro Esportivo) e a instalação de geração distribuída através de painéis fotovoltaicos em cinco escolas e também na Vila Olímpica.

O projeto viabilizou a redução no consumo de energia e na demanda de todas as escolas. Os seis estabelecimentos com geração distribuída passaram a ser quase autossuficientes em energia. Foram realizadas reuniões e treinamentos com representantes de todas as escolas, possibilitando que o conhecimento relacionado à eficiência energética seja replicado nas salas de aula.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Em 2021 contratamos, pelo período de 36 meses, a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu para realização de um projeto de P&D cujo título é “Técnicas de *Data Analytics* aplicadas à Otimização da Operação e Manutenção de Transformadores de Potência”. Os transformadores de potência são elementos chave na conexão de subestações de energia elétrica (SE) com o sistema elétrico de potência, além disso, por se tratar de um dos equipamentos mais caros e críticos das subestações, a gestão destes ativos é de vital importância para manutenção da confiabilidade da

operação das SE. O sistema proposto será capaz de emitir diagnósticos operativos dos transformadores, como: carregamento relativo, fator de aceleração do envelhecimento, *hotspot*, potência aparente, taxa de geração de gases, temperatura para a formação de água livre no óleo, entre outros. Ademais, Utilizando Técnicas de *Data Analytics*, inteligência artificial aplicada na análise dos dados coletados pelo sistema de aquisição e disponibilizados em servidor, o sistema de gestão dos ativos emitirá saídas relacionadas ao grau de criticidade dos ativos, podendo o usuário registrar procedimentos a adotar para a criticidade apontada pelo sistema, sendo estes procedimentos incrementados ao sistema e utilizados nas inferências posteriores da aprendizagem de máquina.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins do cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2021 foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 900.000,00 e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu Programa de Investimentos foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 1.220.691,57 como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital da concessionária.

DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Receita de Energia: A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 173.403.320,34 em 2021 contra R\$ 142.521.161,48 em 2020, representando um acréscimo de 21,671%. Desde abril de 2016 ocorre a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 19 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo à Cotel cobrar somente o valor da disponibilização do sistema de distribuição. Em 2021 foi faturado o montante de R\$ 28.628.610,54 contra o valor de R\$ 24.109.170,98 em 2020. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes consumidores livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2021 foi cobrado o valor de R\$ 10.991.703,77 e em 2020 o valor de R\$ 9.128.238,04, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela ANEEL para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 2.841.305,33, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentivada (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e do Subsídio Rural de Irrigação e Eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 5.792.430,08 em 2021. Em dezembro de 2014 foram transferidos para o Município todos os ativos referentes ao sistema de iluminação pública, conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 141.499.070,52 em 2021, contra R\$ 111.382.013,40 em 2020. Um percentual de 58,1% em 2021 e de 55,2% em 2020 sobre a Receita Operacional Bruta.

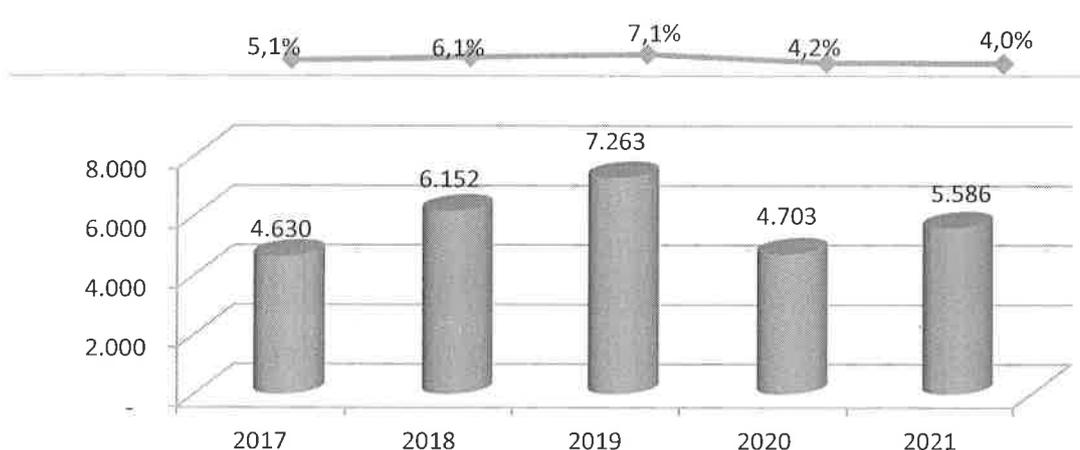
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2021 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica foi obtido o valor de R\$ 41.283.854,13 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional foi de 29,2%. Em 2020 foi de R\$ 38.162.916,06 e o percentual de 34,3%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2021 com o montante de R\$ 39.055.936,64 e a variação de 27,6% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2020 encerrou com o valor de R\$ 36.585.675,61 e variação de 32,8% sobre a ROL e variação de 6,7% (comparando 2021 com 2020).

LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou R\$ 5.586.373,02 e margem de 3,95% em 2021, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2021	2020
Resultado das Atividades	2.228	1.577
Depreciação e Amortização	3.358	3.126
Lajida/Ebitda	5.586	4.703
Receita Operacional Líquida	141.499	111.382
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	3,95%	4,22%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida:



Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2021	2020
Liquidez imediata	Disponível	R\$ 0,06	R\$ 0,14
	Passivo Circulante		
Liquidez corrente	Ativo Circulante	R\$ 1,30	R\$ 1,19
	Passivo Circulante		
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P.	R\$ 1,12	R\$ 1,25
	Passivo Circ. + Exigível L.P.		
Endividamento Total	Exigibilidades totais	R\$ 0,48	R\$ 0,38
	Ativo Total		
Retorno do Capital	Lucro Líquido	3,56%	4,49%
	Patrimônio Líquido		
Razão Operacional	Despesa Operacional	0,98	0,99
	Receita Líquida		
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente	0,46	0,52
	Ativo Total		
Desp. Pessoal/Rec. Líquida	Despesa Pessoal	12,6%	15,0%
	Receita Líquida		
Energia Comprada/ Rec. Líquida	Custo Energia	70,8%	65,8%
	Receita Líquida		
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 14.135.508	R\$ 7.251.240
Lucro Líquido	-	R\$ 2.232.307	R\$ 2.755.456
EBITDA	Resultado da atividade + Depreciação	R\$ 5.586.373	R\$ 4.702.803

BALANÇO SOCIAL

	2021			2020		
1) Base de Cálculo	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	141.499			111.382		
Lucro Operacional	2.232			2.755		
Folha de Pagamento Bruta	16.149			14.998		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.673	10,4%	1,2%	1.593	10,6%	1,4%
Encargos Sociais sem diretoria	4.164	25,8%	2,9%	3.986	26,6%	3,6%
Previdência privada	72	0,1%	0,1%	59	0,4%	0,1%
Saúde	945	5,9%	0,7%	871	5,8%	0,8%
Segurança e Medicina no Trabalho	175	1,1%	0,1%	160	1,1%	0,1%
Educação	60	0,4%	0,0%	58	0,4%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	18	0,1%	0,0%	30	0,2%	0,0%
Participação nos Lucros ou Resultados	441	2,7%	0,3%	621	4,1%	0,6%
Outros	206	1,3%	0,2%	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	7.754	48,0%	5,5%	7.378	49,2%	6,6%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Tributos (excluídos os encargos sociais)	80.221	-	56,7%	68.935	-	61,9%
Total – Indicadores Sociais Externos	87.975	-	63,2%	76.313	-	68,5%

	2021	2020
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	116	119
N.º de empregados terceirizados	36	35
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	56	42
2º Grau	54	63
1º Grau	9	14
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	8	8
De 30 até 45 anos (inclusive)	57	60
Acima de 45 anos	54	51
Admissões durante o período	0	0
Demissões durante o período	3	1
N.º de mulheres que trabalham na empresa	26	24
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	42,1%	33,3%
Estagiários	4	3
Menor Aprendiz	4	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração	2021			2020		
	6,0			6,0		
Nº total de acidentes de trabalho	5			4		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

A Cocel agradece aos seus acionistas, em especial à colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2021.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2021.



José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente



Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/ Financeiro



Carlos Conrado Krzyzanovski
Diretor Técnico



Nelson Chagas
Diretor Administrativo



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balanco Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

ATIVO	2021	2020
CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	3.006	5.366
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	22.009	19.373
Encargos de Uso da Rede Elétrica (Nota 5.3)	-	87
Serviços em curso (Nota 5.4)	567	753
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	770	270
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.755	1.651
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	36	59
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	31.624	15.781
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	2.048	1.685
	61.815	45.025
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	641	370
Investimentos temporários (Nota 5.11)	223	195
Depósitos judiciais	89	75
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	1.574	1.574
Outros ativos não circulantes	1	1
	2.528	2.215
Intangível em serviço (Nota 5.13)	49.981	47.801
Intangível em curso (Nota 5.13)	5.784	4.131
	55.765	51.932
TOTAL DO ATIVO	120.108	99.172

PASSIVO	2021	2020
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	11.120	10.231
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	7.145	-
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.446	2.382
Tributos (Nota 5.19)	7.049	5.835
Provisão para litígios (Nota 5.20)	35	98
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	4.308	3.418
Encargos setoriais (Nota 5.21)	3.080	5.680
Passivos regulatórios (Nota 5.22)	10.966	8.844
Outros passivos circulantes (Nota 5.23)	1.531	1.286
	47.680	37.773
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	9.698	-
	9.698	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.24)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	12.730	11.398
	62.730	61.398
TOTAL DO PASSIVO	120.108	99.172

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
Receita Operacional (Nota 5.28)		
Fornecimento de Energia Elétrica	173.403	142.521
Disponibilização do Sistema de Distribuição	39.620	33.237
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	13.871	4.813
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	2.841	7.406
Outras Receitas	5.793	7.408
Receita de Construção	8.091	6.402
	243.619	201.787
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.29)		
ICMS	(67.034)	(55.383)
COFINS / PASEP	(16.150)	(16.187)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(17.123)	(16.690)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(106)	(109)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.282)	(1.011)
Outros encargos	(426)	(1.025)
	(102.121)	(90.405)
Receita Operacional Líquida	141.498	111.382
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.30)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(74.485)	(52.745)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(25.730)	(20.474)
	(100.215)	(73.219)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	41.283	38.163
Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.31)		
Pessoal e Administradores	(17.889)	(16.695)
Material	(1.746)	(2.956)
Serviços de Terceiros	(6.894)	(6.406)
Depreciação e Amortização	(3.359)	(3.126)
Custo com Construção	(8.091)	(6.402)
Outras Despesas Operacionais	(1.077)	(1.001)
	(39.056)	(36.586)
Resultado da Atividade	2.227	1.577
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(3.137)	(1.559)
Receitas Financeiras	3.363	3.218
	226	1.659
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	2.453	3.236
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(680)	(860)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital	1.773	2.376
Participações nos Lucros	(441)	(621)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	900	1.000
Lucro Líquido do Exercício	2.232	2.755
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	4,46	5,51

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021	2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.232	2.755
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Juros sobre financiamentos	(686)	76
Provisão para contingências	(63)	(125)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(173)	31
Amortização e baixas do intangível	4.543	4.310
Lucro líquido ajustado	5.853	7.047
(Aumento) redução do ativo		
Contas a receber de clientes	(2.463)	(2.994)
Encargos de uso da rede elétrica	87	551
Serviços pedidos em curso	186	(655)
Depósitos judiciais	(13)	(47)
Ativos regulatórios	(15.843)	(8.651)
Tributos a recuperar	(772)	(115)
Estoques	(104)	167
Despesas antecipadas	23	28
Outros	(391)	433
	(19.290)	(11.283)
Aumento (redução) no Passivo		
Fornecedores	890	3.530
Obrigações sociais e trabalhistas	64	(254)
Tributos a recolher	1.213	1.911
Encargos setoriais	(2.600)	573
Passivos regulatórios	2.121	8.090
Outros	246	29
	1.934	13.879
Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais	(11.503)	9.643
Atividades de investimentos		
Intangível	(8.377)	(7.151)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.377)	(7.151)
Atividades de financiamentos		
Financiamentos e empréstimos adquiridos	17.631	-
Amortização de empréstimos	(101)	(928)
Dividendos distribuídos	(10)	-
Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de financiamentos	17.520	(928)
Aumento líquido (redução líquida) de caixa e equivalentes de caixa	(2.360)	1.564
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial de caixa	5.366	3.802
Saldo final de caixa	3.006	5.366
Varição no caixa	(2.360)	1.564

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.000	3.298	6.345	-	59.643
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.755	2.755
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	138	-	(138)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.617	(1.617)	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.000	3.436	7.962	-	61.398
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.232	2.232
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.25)					
- Reserva Legal	-	112	-	(112)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.220	(1.220)	-
JSCP (R\$ 1,80 por lote de mil ações)	-	-	-	(900)	(900)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.000	3.548	9.182	-	62.730

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

Até maio de 2019 a Cocel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener Ltda.

1.1 - Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). A crise mundial de saúde desencadeou ações de governos e entidades do setor privado, que somadas ao potencial da doença aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e alcançaram a capacidade de impactar significativamente as demonstrações financeiras.

No Brasil, foram publicados diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia - com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Inúmeros decretos e leis trataram de recomendações e determinações sobre a circulação de pessoas e sobre o funcionamento das atividades econômicas, além da viabilização de investimentos emergenciais na área da saúde e subsídios.

A Administração avalia de forma constante o impacto da pandemia em todas as áreas da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para minimizar os riscos à saúde de colaboradores, fornecedores e clientes e também de mitigar os impactos negativos nas operações. Até a data da autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, diversas medidas já haviam sido tomadas.

Já em 16 de março de 2020 foi publicada a primeira Portaria com medidas de enfrentamento da pandemia. Durante todo ano de 2020 o cenário foi seguidamente reavaliado e diversas Portarias estabeleceram regras sobre o funcionamento das atividades da Companhia, medidas de prevenção e enfrentamento da crise. Entre as ações realizadas, destacam-se:

- Revisão de todos os procedimentos relacionados ao atendimento a consumidores com o objetivo de autorizar o atendimento a quaisquer demandas por meio dos canais alternativos de atendimento, sem necessidade de comparecimento ao atendimento presencial;
- Intensificação na divulgação dos canais de atendimento alternativos (teleatendimento, e-mail, aplicativo Cocel Mobile e Agência Virtual);
- Utilização do aplicativo de mensagens Whatsapp como apoio aos demais canais de atendimento;
- Determinação do uso de máscaras de proteção por todos os colaboradores da Companhia durante toda a jornada de trabalho;
- Suspensão de reuniões presenciais, salvo casos de extrema necessidade;
- Limitação do acesso à sede da Companhia, com exceção da área de atendimento aos consumidores e participantes de licitações;
- Suspensão das interrupções de fornecimento de energia por inadimplência e suspensão das exclusões dos cadastros da Tarifa Social de Energia Elétrica, em período determinado pela ANEEL;
- Remanejamento de horários de entrada/ saída e intervalos dos colaboradores com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas em um mesmo horário;
- Implantação do tele trabalho (*home office*);
- Determinação da aferição de temperatura de colaboradores e todos que adentrassem a sede da Companhia;
- Cessão de colaboradores ao Comitê de Prevenção do Coronavírus da Prefeitura Municipal de Campo Largo;
- Devido ao cenário econômico que exigia grande cautela, suspensão da compra de férias dos colaboradores até o final de 2020;
- Mudanças no layout dos móveis e espaços para garantir o distanciamento entre colaboradores;
- Instalação de painéis de proteção em acrílico na recepção, área de atendimento aos consumidores e Ouvidoria;
- Divulgação sobre as medidas de prevenção contra a transmissão do vírus para colaboradores e clientes;
- Intensificação da higienização de ambientes.

A Administração realiza monitoramento constante dos dados listados a seguir:

- Regulamentações municipal, estadual e federal;
- Casos suspeitos e confirmados de contaminação pela COVID-19 entre colaboradores (próprios e terceirizados) e afastamentos;
- Venda de energia x energia contratada;
- Faturamento x inadimplência;
- Solicitações de serviços comerciais e prazos de execução; entre outros.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram as seguintes medidas:

- Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatts-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da “Conta COVID” por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

A “Conta COVID” destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”.

A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item “iv” apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A.

A CCEE contratou a operação de crédito para aportar recursos à “Conta COVID” e está efetuando o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado CDE COVID, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação.

Em julho de 2020 a Cocal declarou suas necessidades por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens “i” a “iii” citados acima em valor máximo de R\$ 3.797.419, equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocal detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cocal assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL:

<http://www.aneel.gov.br>

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:

3.1. Declaração De conformidade

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de abril de 2022.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e b) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração

Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota 5.12.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda esperadas

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

3.5. Normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas

Os principais normativos alterados, emitidos em discussão pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, estão abaixo elencados:

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instr.Financeiros IFRS 7/CPC 40: Instr.Financeiros- Evidenciação IAS 39/CPC 38: Instr.Financeiros- Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2021
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020

IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020
--------------------------------------	---	-----------------------

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, que entraram em vigor até a data da emissão das demonstrações da COCEL, estão descritas acima. Após avaliação a Administração concluiu que essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.6. Novas normas e Interpretações Novas/Revisadas/Alteradas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia deve adotar essas normas e interpretações novas e alteradas emitidas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma/revisada/alterada	Descrição da alteração/revisão	Início de vigência
IAS 37 / CPC 25: Contratos onerosos; custos para cumprir um contrato	Estabelece normas para determinar quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:

4.1. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

4.2. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

4.3. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na

demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

4.8. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.9. Ativo indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve

ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- ✓ Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- ✓ Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 12.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.10. Ativos intangíveis

Contratos de concessão

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não é o caso, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.12. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

4.13. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.14. Demonstração de Resultados Abrangentes

A COCEL não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

4.15 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

5. Notas Explicativas

ATIVO CIRCULANTE

5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2021	2020
Caixa	1	5
Contas bancárias a vista	2.497	4.850
Numerários em trânsito	508	511
Total	3.006	5.366

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2021 encerrou sem saldo de aplicações financeiras em dezembro/2021.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2021	2020
Fornecimento faturado	16.070	12.977
Fornecimento não faturado	5.988	5.850
Outras cobranças de consumidores	1.028	1.451
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.077)	(905)
Total	22.009	19.373

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores		2021			2020
Residencial	3.595	3.206	981	7.782	6.090
Industrial	2.711	629	215	3.555	3.050
Comercial	2.174	686	159	3.019	2.214
Rural	197	91	6	294	237
Poder Público	265	24	1	290	203
Iluminação Pública	703	-	-	703	555
Serviço Público	499	14	-	513	405
Serviço taxado e outras	394	278	80	752	1.493
Não faturado	5.988	-	-	5.988	5.850
Participação Financeira	150	-	-	150	135
Governo do Paraná – Luz Fraterna	40	-	-	40	46
Sub total	16.716	4.928	1.442	23.086	20.278
(-) Crédito líq. duvidosa	(1.077)	-	-	(1.077)	(905)
Total Consumidores	15.639	4.928	1.442	22.009	19.373

	2021	2020
Consumidores Livres/Especiais a receber	-	87
Total	-	87

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2021	2020
Serviços em redes elétricas	122	166
Programas de Eficiência Energética	283	89
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	44	-
Manutenção de Iluminação Pública	111	491
Outras ordens em curso	7	7
Total	567	753

5.5 Tributos Compensáveis

	2021	2020
ICMS a compensar Curto Prazo	403	267
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	39	-
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	14	-
Outros	314	3
Total	770	270

5.6. Almoxarifado Operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.755, (R\$ 1.651 em 31 de dezembro de 2020), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 36.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Cotel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2021	2020
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	11.381	7.661
CVA - PROINFA (constituição e amortização)	107	-
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	871	196
Transporte de Energia Rede Básica	291	307
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	276	350
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS/ERR	6.895	532
Neutralidade Parcela “A” (constituição e amortização)	-	285
Sobrecontratação de Energia	1	65
Previsão Risco Hidrológico	3.372	-
Diferimentos de Reposição Tarifária	8.430	6.385
Total	31.624	15.781

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2021	2020
Créditos a receber – empregados	172	71
Títulos de créditos a receber – Parcelamentos manuais:	-	-
- Consumidores Industriais/Comerciais e Outras	810	722
Serviços prestados a terceiros	1	1
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	-	-
- Subsidio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	58	79
- Subsidio Carga Fonte Incentivada – CL	-	407
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	226	208
Outros ativos a receber	781	197
Total	2.048	1.685

ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.10. Tributos Compensáveis

	2021	2020
ICMS a compensar	641	370
Total	641	370

5.11. Investimentos Temporários

O valor de R\$ 195 (idem em 2020) refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado. Outros investimentos temporários somam R\$ 28 mil.

5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2021	2020
Ativo financeiro	1.574	1.574
Total	1.574	1.574

5.13. Intangível

	2021			2020
	Intangível	Ativo financeiro	Líquido	Líquido
Intangível	44	(2)	42	57
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	633	-	633	667
Máquinas e Equipamentos	54.077	(352)	53.725	50.304
Veículos	2.088	-	2.088	2.693
Móveis e Utensílios	407	-	407	232
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(6.914)	-	(6.914)	(6.152)
	51.555	(1.574)	49.981	47.801
Intangível em Curso	5.784	-	5.784	4.131
	57.339	(1.574)	55.765	51.932

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2021	2020
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	685	685
- Participação financeira do consumidor	5.552	5.228
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	572	572
(-) Amortização Acumulada	(3.821)	(3.454)
- Em Curso	1.556	751
Total	6.914	6.152

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores

	2021	2020
Energia Comprada p/ Revenda	9.902	9.064
Encargos de Uso da Rede Elétrica	25	32
Materiais, Serviços e Outros	1.193	1.135
Total	11.120	10.231

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2021		2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal.1	2.699	-	-	-
Caixa Econômica Federal.2	750	2.250	-	-
Banco Sicoob	1.646	3.348	-	-
Banco Sicredi	2.050	4.100	-	-
Total	7.145	9.698	-	-

- Caixa Econômica Federal.1: Crédito rotativo com vencimento em 21/04/2022. Juros: 167,32 do CDI;
- Caixa Econômica Federal.2: Juros: 167,32 do CDI; carência de 6 meses. Prazo total de 40 meses;
- Banco Sicoob: Juros de 0,68% a.m e 8,62% a.a. Prazo total de 36 meses;
- Banco Sicredi: Juros de 1,56% a.m. e 20,41% a.a.

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2021	2020
Saldo de Salários a Pagar	1	-
Provisão de férias	1.668	1.445
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	322	290
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	19	41
Participações nos lucros	436	606
Total	2.446	2.382

5.19. Tributos

	2021	2020
Tributos Federais	1.300	1.311
Tributos Estaduais	5.373	4.252
Contribuições Sociais	373	264
Tributos retidos na fonte	3	8
Total	7.049	5.835

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%.

5.20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, e análise das demandas judiciais, constitui provisões para 2021 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2021		2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	35	-	98	-
Total	35	-	98	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 40 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 390.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 105.

5.21. Encargos Setoriais

	2021	2020
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	48	30
Ministério das Minas e Energia – MME	24	15
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.757	1.480
Programa de Eficiência Energética – PEE	1.014	4.046
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	228	100
Taxa de Fiscalização	9	9
Total	3.080	5.680

5.22. Passivos regulatórios

Correspondem às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2021	2020
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	-	1
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	146	-
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	856	312
Neutralidade Parcela A	596	40
Diferimentos de Reposição Tarifária	5.438	6.459
Reversão Risco Hidrológico	2.664	2.032
Diferimento Potência contratada Itaipú	1.266	-
Total	10.966	8.844

5.23. Outros Passivos Circulantes

	2021	2020
Consumidores	272	137
Taxa de Iluminação Pública	793	858
Taxa do Lixo	178	193
Outros credores	288	97
Total	1.531	1.285

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.24. Capital Social

	2021	2020
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
Total	50.000	50.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2021	2020
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.25. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2021	2020
Resultado do exercício	2.232	2.755
(-) Reserva legal 5%	(112)	(138)
Resultado a distribuir	2.120	2.617
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	(900)	(1.000)
Reserva estatutária para investimento	(1.220)	(1.617)
	(2.120)	(2.617)

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 900, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

5.26. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/04/2021 a 26/04/2022	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2021 a 05/04/2022	3.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2021 a 05/04/2022	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	24/06/2021 a 23/06/2022	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	11/12/2020 a 31/12/2022	1.481

5.27. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.28. RECEITA OPERACIONAL

- **Fornecimento de Energia Elétrica e outros**

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento faturado						
Residencial	48.980	47.821	91.854	88.375	85.443	71.840
Industrial	368	383	45.063	41.917	35.310	27.530
Comercial	3.602	3.457	36.347	35.832	32.719	27.528
Rural	1.760	1.763	6.778	6.792	4.850	3.917
Poder Público	319	310	3.092	2.847	2.809	2.178
Iluminação Pública	1	1	12.256	12.026	7.243	5.706
Serviço Público	65	63	6.405	6.601	4.891	3.792
Consumo Próprio	3	3	128	118	-	-
Total Energia faturada	55.098	53.801	201.923	194.508	173.265	142.491
Não faturado	-	-	-	-	138	30
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	19	15	147.313	125.890	39.620	33.237
Receita de Construção	-	-	-	-	8.091	6.402
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	2.841	7.406
Outras Receitas	-	-	-	-	5.793	7.408
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	13.871	4.813
Soma	19	15	147.313	125.890	70.354	59.296
TOTAL	55.117	53.816	349.236	320.398	243.619	201.787

- **Receita de Construção e Custo de Construção**

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: Desde o ano de 2016, dezenove consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 147.313 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras distribuidoras e/ou geradoras por eles contratados.

- **Ativos e Passivos Regulatórios**

	2021	2020
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	15.026	10.233
- Em Amortização	(1.155)	(5.420)
Total	13.871	4.813

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.22.

- **Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2021	2020
Subsídios Baixa Renda	1.322	1.447
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	801	1.020
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	718	4.939
Total	2.841	7.406

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- **Outras Receitas**

	2021	2020
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	3.918	2.858
Serviço Taxado	635	374
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	1.596	3.615
Ganhos na Alienação de bens e direitos	-	311
Arrecadação de convênios	-	138
Outros	162	729
(-) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(518)	(617)
Total	5.793	7.408

5.29. Deduções da Receita Operacional

- **Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2021	2020
ICMS	(67.034)	(55.383)
COFINS/PASEP	(16.150)	(16.187)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(17.123)	(16.690)
Taxa de fiscalização	(106)	(109)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.282)	(1.011)
Outros Encargos	(426)	(1.025)
Total	(102.121)	(90.405)

- **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética**

	2021	2020
Programa de Eficiência Energética – PEE	514	405
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	128	101
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	256	202
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	256	202
Ministério de Minas e Energia - MME	128	101
Total	1.282	1.011

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

- **PROCEL**

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.30. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2021	2020	2021	2020
Compra de Energia – Leilão	224.191	216.667	78.220	55.466
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	28.353	22.561
PROINFA	-	-	3.032	2.365
Micro geração – baixa tensão	1.306	589	808	290
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	(10.198)	(7.463)
Total	225.497	217.256	100.215	73.219

5.31. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2021	2020
Pessoal	16.149	14.999
Administradores	1.740	1.696
Material	1.746	2.956
Serviço de terceiros	6.894	6.406
Arrendamento e alugueis	257	248
Seguros	59	109
Doações, contribuições e subvenções.	180	13
Provisões	110	(156)
(-) Recuperação de despesas	(254)	(145)
Tributos	40	42
Depreciação/Amortização	3.359	3.126
Custo com construção	8.091	6.402
Gastos diversos	685	890
	39.056	36.586

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2021, no valor de R\$ 441 (R\$ 621 em 2020), conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

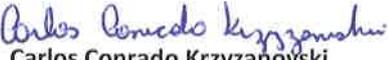
8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

9. Eventos Subsequentes

A ANEEL definiu a aplicação da Bandeira de Escassez hídrica a partir do mês de setembro/21 para até o mês de abril/2022, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

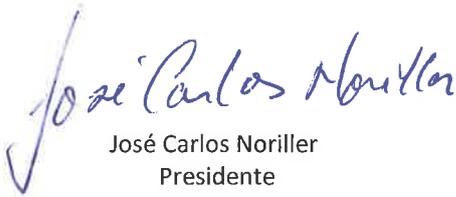
Campo Largo, 31 de dezembro de 2021.

 José Arlindo Lemos Chemin Diretor Presidente	 Carlos Conrado Krzyzanowski Diretor Técnico	 Pedro Luiz Durigan Diretor Econômico/Financeiro
 Nelson Chagas Diretor Administrativo	 Luciano Marcos Klos Contador CRC/PR 027.658/O-8	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

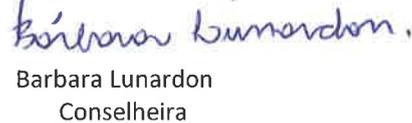
Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2021, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 29 de abril de 2022.


José Carlos Noriller
Presidente


Adinan Cardoso
Conselheiro


Leonir Batista Ferraz
Conselheiro


Barbara Lunardon
Conselheira

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

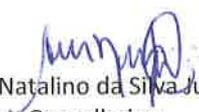
Campo Largo, 29 de abril de 2022.



Fledinei Borges Licheski
Presidente



Marina Pusch
Marina Pusch de Oliveira
Conselheira



Adão Natalino da Silva Junior
Conselheiro



Paulo Henrique Bianco
Conselheiro



Alexandre Luis Seguro
Conselheiro



Tânia Cristina Pagani
Conselheira



Carlos Alberto de Brito Junior
Conselheiro



Cassieli Muiniki
Conselheira



Patricia Soares Rinaldin
Conselheira



Fernando Andrés Galarza
Conselheiro



José Peterson Vidal
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo as práticas contábeis do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 01 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditorias obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de abril de 2022.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:
BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3


EDICLEI CAVALHEIRO DE AVILA
Contador, CRC-PR Nº 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344


KARINI LETÍCIA BAZZANEZE
Contadora, CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254